



Artigo | Dossiê Intelectuais, movimentos políticos e protagonismo popular

Haiti, sujeito insurgente: intelectuais, colonialismo humanitário e resistência popular no Tempo Presente latino-americano

Emerson do Prado Oliveira, *Universidade Federal do Paraná* ✉  

Palavras-chave:

Haiti;
decolonialidade
epistêmica;
protagonismo
popular

Resumo. Este artigo analisa o Haiti como território estratégico de insurgência política e epistêmica no contexto latino-americano do Tempo Presente, com ênfase no período pós-Guerra Fria. A análise baseia-se no referencial teórico da decolonialidade, formulado por Aníbal Quijano e desenvolvido por Walter D. Mignolo, com destaque para a noção de desobediência epistêmica. Discute-se o protagonismo intelectual haitiano de Michel-Rolph Trouillot, Jean Casimir, Frédéric Boisrond, Laënnec Hurbon e Patrick Bellegarde-Smith, diante das intervenções externas, incluindo a atuação da ONU e de agências internacionais, que aprofundaram dinâmicas neocoloniais. Examina-se a resistência dos movimentos populares, como o Mouvmman Peyizan Papay [Movimento Camponês da Região de Papaye], que está integrado a redes transnacionais. O Haiti é, assim, reafirmado como espaço de luta pela soberania epistêmica e política na América Latina contemporânea.

Keywords:

Haiti;
epistemic
decoloniality;
popular
protagonism

[EN] Haiti, insurgent subject: Intellectuals, humanitarian colonialism, and popular resistance in the Latin American Present Time

Abstract. This article analyzes Haiti as a strategic territory of political and epistemic insurgency within the Latin American context of the Present Time, with emphasis on the post-Cold War period. The analysis is based on the theoretical framework of decoloniality, formulated by Aníbal Quijano and developed by Walter D. Mignolo, with particular focus on the notion of epistemic disobedience. It discusses the intellectual protagonism of Haitian thinkers such as Michel-Rolph Trouillot, Jean Casimir, Frédéric Boisrond, Laënnec Hurbon, and Patrick Bellegarde-Smith in the face of external interventions, including those carried out by the UN and international agencies that have deepened neocolonial dynamics. The study also examines the resistance of popular movements, such as *Mouvmman Peyizan Papay* [Peasant Movement of the Papaye Region], which is integrated into transnational networks. Haiti is thus reaffirmed as a space of struggle for epistemic and political sovereignty in contemporary Latin America.

Palabras clave

Haití;
decolonialidad
epistémica;
protagonismo
popular

[ES] **Haití, sujeto insurgente: Intelectuales, colonialismo humanitario y resistencia popular en el Tiempo Presente latinoamericano**

Resumen. Este artículo analiza a Haití como un territorio estratégico de insurgencia política y epistémica en el contexto latinoamericano del Tiempo Presente, con énfasis en el período posterior a la Guerra Fría. El análisis se fundamenta en el marco teórico de la decolonialidad, formulado por Aníbal Quijano y desarrollado por Walter D. Mignolo, dando énfasis a la noción de desobediencia epistémica. Se discute el protagonismo intelectual haitiano de Michel-Rolph Trouillot, Jean Casimir, Frédéric Boisrond, Laënnec Hurbon y Patrick Bellegarde-Smith frente a las intervenciones externas, incluyendo las acciones de la ONU y de las agencias internacionales que han profundizado las dinámicas neocoloniales. Se examina la resistencia de movimientos populares como el *Mouvman Peyizan Papay* [Movimiento Campesino de la Región de Papaye], que está integrado en redes transnacionales. Haití, se reafirma, como un espacio de lucha por la soberanía epistémica y política en la América Latina contemporánea.

Introdução

1.1 Haiti: revolução, marginalização e insurgência epistêmica

A história do Haiti constitui um dos episódios mais radicais e, simultaneamente, silenciados da modernidade ocidental. Em 1804, após mais de uma década de guerra contra o exército napoleônico, a antiga colônia francesa de *Saint Domingue* proclamava a sua independência, tornando-se a primeira república negra do mundo e o primeiro país a abolir, integralmente, a escravidão. Tal feito não apenas colapsou o sistema colonial francês na região, como também desafiou de forma irreversível os fundamentos da ordem racial e escravista atlântica (Trouillot, 1995, p. 82).

Contudo, em vez de ocupar um lugar central nas narrativas históricas sobre liberdade e cidadania, o Haiti foi frequentemente empurrado para a margem, descrito como “exceção disfuncional”, “Estado falido” ou “anomalia tropical” (Hurbon, 2008, p. 105). Ainda assim, continua a ser um território de extraordinária densidade simbólica e política no imaginário latino-americano.

O seu passado revolucionário continua a ecoar como um estandarte incômodo diante das promessas inacabadas da modernidade. E, mesmo entre as ruínas de

terremotos, ocupações e golpes, é o povo constituído por camponeses, trabalhadores urbanos, lideranças comunitárias e intelectuais populares que insiste em manter acesa a chama de sonhar e de lutar por um futuro mais justo.

Partindo dessa premissa, este artigo analisa o protagonismo dos intelectuais e movimentos populares haitianos no contexto das transformações políticas latino-americanas do Tempo Presente. Desde a década de 1990, o continente – e nele o Haiti – tem sido palco de experiências que desafiam a ordem hegemônica, reeditando fórmulas de resistência e de reinvenção política a partir de um protagonismo popular que se refaz e re-existe.

Examina-se, assim, a persistência de crises institucionais, a ingerência internacional e a reprodução de dinâmicas neocoloniais no Haiti, articulando-se tais processos às teorias da colonialidade do poder e da dependência. Discute-se, em especial, como as formas de resistência intelectual e social frente ao colapso do Estado e ao fracasso das promessas neoliberais reafirmam o Haiti como espaço de reinvenção democrática e imaginação política radical.

Nesse sentido, é fundamental situar o Haiti no panorama pós-Guerra Fria, quando a América Latina, historicamente marcada por desigualdades, passou a ser (re)imaginada como território fértil para alternativas políticas e epistemológicas (Dussel, 2000, p. 38). Nesse novo cenário, o Haiti deixa de ser mero símbolo inaugural de liberdade para integrar um horizonte latino-americano de reinvenção política, onde persistem as violências estruturais, mas, também, a capacidade de criação de “mundos outros” (Escobar, 2014, p. 26).

A experiência haitiana recente revela que, mesmo após a independência, permanecem formas de dominação herdadas do colonialismo, articuladas pela colonialidade do poder, conceito formulado pelo sociólogo e filósofo peruano Aníbal Quijano (2000, p. 22), considerado referência central nos estudos decoloniais contemporâneos. A suas obras analisam, criticamente, como o colonialismo moldou as relações sociais, raciais e econômicas na América Latina. Essa dinâmica se expressa, por um lado, na desvalorização sistemática dos saberes locais, como argumenta

Michel-Rolph Trouillot (1995, p. 82), ao denunciar os silenciamentos da historiografia eurocêntrica.

Por outro lado, essa lógica manifesta-se, também, na desumanização sistemática das populações negras, perceptível tanto nas categorias raciais que sustentam a sua marginalização global, conforme analisa, com contundência Walter D. Mignolo (2008, p. 10), um dos mais influentes teóricos do pensamento decolonial latino-americano. Filósofo e semiólogo argentino, Mignolo é professor emérito da Universidade Duke e autor de contribuições decisivas para a crítica à hegemonia eurocêntrica na produção do conhecimento, tendo formulado conceitos-chave como colonialidade do saber e desobediência epistêmica.

Ademais, os efeitos dessa lógica colonial não se limitam ao campo simbólico ou epistêmico, mas se estendem, ainda, às estruturas materiais de poder e dominação. Ela se expressa, por exemplo, na concentração de poder nas elites locais associadas ao capital transnacional, como aponta Jean Casimir (2020, p. 51), e na dependência econômica imposta por organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), duramente criticada por autores Fatton Jr. (2002, p. 119) e Dussel (2000, p. 38).

Além das estruturas econômicas e políticas dominadas por organismos multilaterais, essa lógica de subordinação intensifica-se por meio da atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) e missões internacionais, que, sob a justificativa da ajuda humanitária e da estabilização, reforçam uma lógica de tutela sobre o Haiti, frequentemente substituindo estruturas estatais por aparatos de controle externo (Schuller, 2012, p. 124; Hallward, 2007, p. 219). O caso da *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (MINUSTAH) [Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti], que atuou de 2004 a 2017, é emblemático nesse sentido: longe de restaurar a soberania, a missão contribuiu para institucionalizar novas formas de dominação internacional, como elucidou Sprague (2012, p. 90).

Precisamente nesse contexto ampliado, torna-se imprescindível mobilizar a noção de decolonialidade como chave interpretativa para compreender a trajetória haitiana, não apenas como espaço de resistência material, mas, sobretudo, como campo de insurgência cognitiva. Conceito elaborado inicialmente por Aníbal Quijano (2000, p. 22) e desenvolvido, posteriormente, por diversos pensadores oriundos de países historicamente colonizados e marginalizados no sistema internacional, regiões essas referidas, geralmente, como Sul Global, especialmente na América Latina, África e Ásia.

À luz dessa perspectiva crítica, a decolonialidade propõe a superação dos padrões epistemológicos, políticos e culturais herdados da colonialidade do poder, ainda vigentes mesmo após o fim formal das dominações coloniais. Trata-se de um projeto crítico que visa dismantelar as estruturas cognitivas e institucionais que perpetuam a hierarquia racial, a subalternização dos saberes e a divisão internacional do trabalho, instauradas desde o início da modernidade ocidental.

Nesse horizonte, é crucial distinguir a decolonialidade da descolonização. Esta última refere-se aos processos históricos de emancipação política das antigas colônias, como exemplificado pela independência haitiana de 1804, em que *Saint Domingue*, antiga colônia francesa, proclamou-se como a primeira república negra do mundo e aboliu integralmente a escravidão (Trouillot, 1995, p. 82). Embora imprescindível, a descolonização, frequentemente, deixou intactas as estruturas coloniais no campo do saber, da cultura e da economia, fenômeno que a decolonialidade procura expor e combater.

Segundo Walter D. Mignolo (2008, p. 10), a desobediência epistêmica constitui um gesto fundamental da decolonialidade, consistindo na recusa ativa aos regimes de verdade impostos pela colonialidade do saber e na reivindicação de alternativas civilizatórias enraizadas nas experiências históricas dos povos subalternizados.

Trata-se de um processo que desafia os fundamentos ontológicos e epistemológicos do eurocentrismo, ao reivindicar o direito de pensar o mundo a partir de outras matrizes culturais, históricas e territoriais. Por meio dessa prática insurgente,

operam-se deslocamentos profundos nos modos de produção e validação do conhecimento, permitindo que epistemologias situadas e pluriversais emergjam em contraposição à lógica universalizante da modernidade ocidental. Nesse sentido, identidades coletivas são reconstruídas fora dos parâmetros coloniais de reconhecimento, rompendo com os padrões de inferiorização racial, cultural e política que historicamente definiram os povos do Sul Global.

No caso do Haiti, esse gesto assume uma potência particular, pois envolve não apenas a afirmação de saberes locais e memórias ancestrais, mas a revalorização de uma trajetória histórica marcada pela insubmissão radical à ordem colonial moderna. Assim, o povo haitiano reivindica-se como sujeito autônomo da história e do pensamento, não mais como objeto de tutela ou de intervenção, mas como agente ativo na construção de futuros alternativos ao modelo civilizatório dominante.

Compreender essa distinção entre descolonização e decolonialidade é essencial para apreender o alcance da desobediência epistêmica como gesto simultaneamente político e epistemológico. No caso haitiano, esse processo manifesta-se tanto nas obras dos intelectuais de origem haitiana, como Michel-Rolph Trouillot¹, Jean Casimir², Frédéric Boisrond³, Laënnec Hurbon⁴ e Patrick Bellegarde-Smith⁵, quanto nas práticas

¹ Michel Rolph Trouillot (1949–2012) foi um antropólogo e historiador haitiano, diretor do Institute for Global Studies in Culture, Power, and History, ocupou o cargo de Professor Distinto Krieger/Eisenhower no departamento de antropologia da Universidade Johns Hopkins. Disponível em: https://www.beacon.org/cw_contributorinfo.aspx?ContribID=377&Name=Michel-Rolph+Trouillot Acesso em: 30 abr. 2025.

² Jean Casimir é um sociólogo haitiano, professor da Universidade de Estado do Haiti, lecionou também no México, nos Estados Unidos e no Caribe. É reconhecido como um dos principais intelectuais decoloniais do Haiti. Disponível em: <https://archiverandlist.com> Acesso em: 30 abr. 2025.

³ Frédéric Boisrond é um sociólogo haitiano-canadense conhecido por suas críticas à elite haitiana e à atuação de ONGs no país. É autor de obras sobre política, corrupção e intervenção internacional no Haiti. Atua também como comentarista e educador no Canadá. Disponível em: fredericboisrond.com. Acesso em: 30 abr. 2025.

⁴ Laënnec Hurbon é um sociólogo e teólogo haitiano especialista nas relações entre religião, política e cultura no Caribe. É um dos principais estudiosos do Vodou haitiano e atua como pesquisador e professor na Universidade Quisqueya, no Haiti. Suas obras analisam o Vodou como forma de resistência e identidade nacional. Disponível em: https://books.google.co.in/books?id=YRQPgQr_x04C&printsec=frontcover&client=firefox-a&rvview=1&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em: 30 abr. 2025.

⁵ Patrick Bellegarde-Smith é um sociólogo e historiador haitiano, especialista em religiões afro-diaspóricas, especialmente o Vodou haitiano. Doutor pela American University (1977), lecionou na Universidade de Wisconsin-Milwaukee e presidiu associações acadêmicas como a Haitian Studies Association e a KOSANBA. Suas obras abordam cultura, espiritualidade e identidade no Caribe. Disponível em: https://uwm.edu/african-diaspora-studies/people/bellegarde-smith-patrick/?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 30 abr. 2025.

dos movimentos sociais enraizados na cultura popular, na espiritualidade afrodescendente e na solidariedade comunitária.

A partir dessa chave interpretativa, o artigo propõe uma análise crítica do papel dos intelectuais haitianos e, em articulação com eles, dos movimentos políticos e sociais surgidos no país desde o final da década de 1990, como o *Solidarité Fanm Ayisyen* (SOFA) [Solidariedade das Mulheres Haitianas], ou o *Mouvman Peyizan Papay* (MPP) [Movimento Camponês da região de *Papaye*], no Haiti. Longe de se limitarem à denúncia das mazelas nacionais, tais pensadores formulam paradigmas analíticos profundamente enraizados na história e na cultura popular haitiana. As suas obras desconstroem categorias eurocêntricas e propõem leituras autônomas da realidade social e política, pautadas por uma epistemologia situada e comprometida com os saberes locais.

Consequentemente, essa produção intelectual configura uma desobediência epistêmica em ato. Ao evidenciar os limites da modernidade liberal sob a subordinação geopolítica, tais autores revelam as contradições das promessas universais de cidadania e desenvolvimento, frequentemente apropriadas como instrumentos de dominação neocolonial. Em contrapartida, apontam caminhos para uma reconstrução nacional ancorada em epistemologias populares e práticas culturais alternativas.

No mesmo horizonte, os movimentos sociais haitianos desempenham papel fundamental na tradução prática dessas propostas críticas. Essas formas de organização, enraizadas na solidariedade histórica, na espiritualidade afrodescendente e na autonomia comunitária, constituem expressões vivas de resistência epistêmica frente às estruturas globais de dominação.

Em meio a crises estruturais e sucessivas intervenções externas, tais movimentos desafiam, simultaneamente, a ordem político-econômica e os marcos cognitivos da colonialidade do saber. Desse modo, esta análise evidencia que o Haiti não pode ser reduzido à condição de Estado falido; ao contrário, inscreve-se como espaço dinâmico de produção epistemológica e resistência popular, no coração das lutas continentais contra o imperialismo (Quijano, 2000, p. 22).

De fato, o Haiti ocupa um lugar estratégico no campo das epistemologias críticas do Sul Global. A partir dos anos 1990, a sua produção intelectual contribuiu para paradigmas de pensamento decolonial que desafiam a divisão internacional do saber e reivindicam o reconhecimento dos povos historicamente subalternizados como sujeitos produtores de conhecimento. Bellegarde-Smith (2011, p. 27), observa que é no Haiti que se formulam algumas das críticas mais incisivas ao racismo, à dependência e à colonialidade do poder, a partir de uma perspectiva afro-caribenha radical.

Em síntese, a preferência pelo Haiti como objeto de análise justifica-se por razões históricas, políticas, teóricas e éticas. Em primeiro lugar, porque o seu passado revolucionário inaugura, de forma precoce, um projeto moderno de soberania popular e igualdade racial, constantemente invisibilizado pela historiografia eurocêntrica. Nesse sentido, Buck-Morss (2009, p. 56) assinala que a Revolução Haitiana antecipou os ideais da modernidade política, mas expôs, também, os seus limites, ao ser excluída do cânone iluminista.

Em segundo lugar, porque a análise do Haiti permite refletir sobre a persistência de estruturas coloniais sob novas formas de dominação, como a ingerência política, a ocupação humanitária e a substituição de funções estatais por ONGs internacionais (Schuller, 2012, p. 124; Sprague, 2012, p. 90).

Finalmente, este estudo responde a uma exigência ética de romper com os silêncios estruturais que invisibilizam as experiências históricas negras nas Américas. Ao reconhecer o protagonismo haitiano na luta por liberdade e justiça, busca-se contribuir para o fortalecimento de uma memória contra-hegemônica que valorize a agência dos povos africanos e afrodescendentes na construção de alternativas políticas e epistemológicas. Como sintetiza Fanon (2008, p. 72): “[...] não se trata apenas de libertar territórios, mas de inventar uma nova forma de pensar o mundo”.

2 Desenvolvimento

2.1 O laboratório haitiano: neoliberalismo, ocupação e tutelas internacionais

O Haiti, berço da primeira revolução negra bem-sucedida no mundo atlântico moderno, carrega, em sua trajetória republicana, os legados ambíguos de uma emancipação forjada à custa do isolamento internacional e da permanência de estruturas coloniais sob novas roupagens. Na contemporaneidade, especialmente desde o término da Guerra Fria, esse pequeno país caribenho, frequentemente marginalizado no debate latino-americano, tem enfrentado uma sucessão de crises políticas, desastres naturais, como o terremoto de 2010 e diversas formas de intervenção internacional.

Nesse contexto, destacam-se diversas missões da Organização das Nações Unidas (ONU), em diferentes períodos, como entre 1993-1996; 2004-2017; 2017-2019; e de 2019 até o momento, responsáveis pela tentativa de estabilização política, reconstrução institucional e fortalecimento da segurança pública (Péan, 2010, p. 45; Schuller, 2012, p. 117).

Paralelamente, a Organização dos Estados Americanos (OEA) também desempenhou papel ativo, sobretudo entre 1990 e 2011, por meio de missões de observação eleitoral, mediação de crises políticas e monitoramento de direitos humanos, como evidenciado na criação da *Mission Civile Internationale en Haïti* (MICIVIH) [Missão Civil Internacional], em 1994, e na auditoria controversa das eleições de 2010-2011 (Hallward, 2007, p. 91; Dupuy, 2014, p. 112). A essas ações diplomáticas somam-se as reiteradas ingerências unilaterais de nações como os Estados Unidos da América, reatualizando as tensões históricas entre soberania nacional, protagonismo popular e dominação externa.

Apesar de muitas vezes relegado a uma espécie de “exterior caribenho” do pensamento latino-americano, o Haiti compartilha com os seus vizinhos do sul uma trajetória de lutas marcadas por dependência externa, autoritarismo interno e resistência popular. Mais do que similitudes forçadas, trata-se de reconhecer que o Haiti integra o mesmo campo de disputas estruturais que mobiliza os povos do continente. Em comum, observam-se a precarização das soberanias nacionais, como no golpe de Estado em Honduras em 2009 (Sprague, 2012, p. 74), a captura dos Estados

por oligarquias associadas ao capital transnacional, como na destituição de Fernando Lugo no Paraguai em 2012 (Sader, 2009, p. 56) e a exclusão popular, evidenciada nas mobilizações indígenas e camponesas no Equador e na Bolívia (Robinson, 2008, p. 45).

Nesse quadro de fragilidade democrática e influência externa, destaca-se a eleição de Jean-Bertrand Aristide em 1990, sacerdote católico da Teologia da Libertação e figura simbólica das massas urbanas, que representou, à época, um verdadeiro terremoto político, pois a sua ascensão foi interrompida após décadas de regimes autoritários, herdeiros das políticas autoritárias exercidas por François Duvalier, presidente de 1957 a 1971, e de seu filho Jean-Claude Duvalier, que governou o país de 1971 a 1986. Nesse cenário, a preferência popular por Aristide deu vazão a uma energia social contida, expressa nas organizações populares de base, nos comitês de bairro e nas redes eclesiais (Hallward, 2007, p. 37).

Contudo, o golpe militar em 1991, com apoio tácito dos Estados Unidos, revelou a fragilidade da democracia haitiana e os limites do projeto de refundação popular. Nos anos seguintes, entre setembro de 1991 e outubro de 1994, o poder efetivo esteve concentrado nas mãos do general Raoul Cédras, que, sem assumir, formalmente, a presidência, comandou o país por meio de uma junta militar. Presidentes civis interinos, como Joseph Nérette (1991-1992) e Émile Jonassaint (1994), além do primeiro-ministro Marc Bazin (1992-1993), tentaram conferir legitimidade ao regime, sem êxito. A breve restauração de sua presidência em 1994, sob a égide da intervenção estadunidense, não resolveu as contradições estruturais. Pelo contrário, institucionalizou uma dependência ainda mais radical da ordem internacional (Trouillot, 1995, p. 78).

Após a eleição do primeiro presidente, democraticamente eleito, em 1990, um golpe militar, posto em prática em 1991, com apoio logístico e militar dos Estados Unidos, forçou Aristide a um período de exílio forçado. O seu retorno à presidência ocorreu somente em 1994, fato que inaugurou uma nova fase na política haitiana. A sua volta foi condicionada à aceitação de um conjunto de medidas neoliberais promovidas pelo FMI e BM, que impuseram sérias contradições a seu governo

popular. Ainda que Aristide mantivesse o apoio das camadas populares organizadas, a sua administração foi, gradualmente, deslegitimada por setores da elite haitiana, por interesses estrangeiros e pela pressão dos organismos internacionais que exigiam reformas impopulares, como a privatização de estatais e a abertura comercial (Dupuy, 2007, p. 134).

Em 2000, Aristide foi reeleito, mas o ambiente político já se encontrava altamente polarizado. Em 2004, no bicentenário da independência haitiana, ele foi novamente deposto, sob circunstâncias que envolvem uma complexa trama de pressões internas e externas, sendo mais uma vez obrigado a deixar o país em meio a levantes armados e à retração do apoio internacional.

Após esse episódio, houve a instalação da Minustah, cuja presença se estendeu até 2017. Embora apresentada como uma missão de paz, a força militar multinacional, além de promover violações sistemáticas de direitos humanos, atuou como uma tropa de ocupação, reprimindo manifestações, apoiando governos não eleitos, como o de Boniface Alexandre (2004-2006), presidente interino sem mandato popular e o de Gérard Latortue (2004-2006), primeiro-ministro nomeado sem consulta democrática sob influência externa (Hallward, 2007, p. 165; Dupuy, 2014, p. 130).

No que tange às violações dos direitos humanos, entre os episódios mais graves, destaca-se o massacre ocorrido em julho de 2005, em Cité Soleil, onde tropas da Minustah abriram fogo contra civis, resultando na morte de dezenas de moradores, incluindo mulheres e crianças (Hallward, 2007, p. 219; Sprague, 2012, p. 157). Conjugasse a isso a série de abusos sexuais cometidos por tropas estrangeiras, como o caso envolvendo soldados do Sri Lanka, repatriados em 2007 por exploração sexual sistemática e o episódio de 2011, quando militares uruguaios foram flagrados violentando um jovem haitiano em uma base da missão (Katz, 2013, p. 216).

A intervenção internacional evidenciou, ainda, a nova forma de colonialismo humanitário exercido por organismos multilaterais e países desenvolvidos. Segundo Schuller (2012, p. 29), o discurso da estabilização foi acompanhado por um processo de desnacionalização da gestão pública, com a proliferação de ONGs, que passaram a

exercer funções estatais essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, sem responder à sociedade haitiana.

Esse processo aprofundou-se com o avassalador terremoto de janeiro de 2010, que devastou a capital Porto Príncipe e deixou mais de 200 mil mortos. Schuller (2012, p. 124) defende que a resposta internacional foi massiva, mas descoordenada e marcada por interesses diversos, o que levou à consolidação de uma “República das ONGs”, em que as decisões estratégicas passaram a ser tomadas por atores estrangeiros, pertencentes à diversas Organizações Não Governamentais, como a *American Red Cross* [Cruz Vermelha Americana], instituição voltada à prestação de socorro em desastres, doação de sangue, preparação para emergências e apoio a comunidades em situação de vulnerabilidade, por exemplo.

Embora o período pós- Minustah tenha prometido estabilização, o colapso institucional agravou-se na década seguinte. Entre 2015 e 2021, o Haiti mergulhou em nova fase de instabilidade crônica. As eleições presidenciais de 2015 foram marcadas por fraudes e boicotes, adiando a posse de um novo governo até 2017. O presidente eleito, Jovenel Moïse, governou com base em decretos e sem um parlamento em funcionamento, acumulando poderes e enfrentando ampla oposição popular. A situação culminou com o seu assassinato em julho de 2021, episódio ainda envolto em incertezas e que expôs, novamente, a fragilidade institucional e o papel ambíguo da comunidade internacional no país (Katz, 2022, p. 181).

Ultrapassando-se as fronteiras haitianas, no mesmo período, o contexto latino-americano vivia uma dinâmica de intensificação das políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, da emergência de governos progressistas que buscavam caminhos alternativos ao modelo imposto pelas instituições financeiras internacionais. Um reflexo desse movimento foi a chamada “Onda Rosa”, que se iniciou com Hugo Chávez na Venezuela e se estendeu por Brasil, Bolívia, Equador e outros países. A utilização do termo “rosa”, em contraste com o “vermelho” associado ao socialismo revolucionário, expressou a natureza reformista desses governos, que buscaram combinar políticas de

redistribuição social e fortalecimento da soberania nacional com o respeito à ordem democrática e capitalista vigente (Sader, 2009, p. 21; Reid, 2007, p. 89).

No Haiti, os ecos desse contexto regional também estimularam setores sociais a reivindicar caminhos próprios de soberania e justiça social, ainda que submetidos a dinâmicas de intervenção internacional que singularizaram o percurso haitiano. No entanto, diferentemente de muitos países da região, o Haiti permaneceu como uma espécie de enclave de controle internacional, em que projetos populares eram sistematicamente neutralizados. Essa tutela revelou a persistência de estruturas coloniais disfarçadas sob a linguagem do desenvolvimento, da ajuda humanitária e da boa governança. Como observa Quijano (2000, p. 23): “[...] a colonialidade do poder não se limita ao domínio direto, mas se perpetua nas formas de organização da vida social, da economia e do conhecimento”.

Os acontecimentos contemporâneos do Haiti evidenciam que, mesmo no século XXI, a soberania de um país do Sul Global ainda pode ser suspensa em nome de interesses geoestratégicos, sob a velha justificativa de uma missão civilizatória ou de estabilização democrática. Diante disso, compreender o contexto histórico e político haitiano não é apenas uma tarefa de reconstrução factual, mas um exercício de crítica às formas de dominação atuais. A trajetória recente do país oferece elementos centrais para pensar as formas renovadas de colonialismo, as estratégias de resistência popular e a urgência de se construir alternativas políticas a partir do protagonismo dos povos historicamente subalternizados.

Portanto, este artigo, também, constitui uma proposta de reflexão sobre o protagonismo de intelectuais e movimentos populares haitianos no contexto das transformações políticas e sociais da América Latina no Tempo Presente, com ênfase nas reconfigurações ideológicas e institucionais que marcaram o período pós-Guerra Fria, pois a década de 1990 não somente simbolizou o colapso das experiências socialistas e a consolidação do neoliberalismo como modelo hegemônico, mas inaugurou, ainda, uma nova etapa nas lutas dos povos latino-americanos e caribenhos pela autodeterminação e soberania.

Nesse cenário, o Haiti reaparece como um dos palcos mais intensos de enfrentamento entre forças populares e dispositivos neocoloniais de controle, nos quais as vozes intelectuais e as ações coletivas tornam-se instrumentos de resistência, crítica e (re)imaginação do futuro, como veremos no próximo capítulo.

2.2 Intelectuais haitianos e a crítica ao neocolonialismo no Tempo Presente

Com base no contexto histórico, torna-se imprescindível, na revisão das estruturas do pensamento, considerarmos a contribuição de Walter D. Mignolo ao propor a noção de desobediência epistêmica como prática de insurgência contra os monopólios coloniais da produção do saber. Para Mignolo, romper com a lógica eurocentrada da modernidade implica recusar as suas categorias fundantes, como universalidade, progresso e racionalidade e reivindicar o direito de pensar e existir a partir de outras matrizes de racionalidade, enraizadas nas experiências históricas dos povos subalternizados.

A desobediência epistêmica, portanto, é mais do que um ato teórico: trata-se de uma ação política que reivindica a soberania epistêmica como condição para a construção de identidades políticas emancipatórias no Sul Global (Mignolo, 2008, p. 10). No caso haitiano, essa postura crítica está expressa na valorização de epistemologias locais, na reinterpretação das categorias analíticas impostas e na recusa do silenciamento sistemático a que o país tem sido submetido.

Inserido nesse intento analítico, voltado à reafirmação da soberania haitiana, o protagonismo dos intelectuais haitianos constitui um dos pilares fundamentais para a compreensão crítica da trajetória histórica e política do país. Em um ambiente marcado pela marginalização internacional e pela imposição de modelos externos de desenvolvimento, esses pensadores têm se afirmado como vozes autônomas na construção de uma epistemologia própria, ancorada na experiência histórica do povo haitiano e voltada para a denúncia das formas contemporâneas de dominação colonial e neocolonial. As suas produções teóricas não apenas problematizam as condições de

dependência e exclusão impostas ao país, como também propõem novas formas de interpretar e transformar a realidade haitiana a partir de categorias forjadas no interior de sua própria história social e cultural.

Nesse escopo, pensadores como Michel Rolph Trouillot argumentam que o Haiti foi, duplamente excluído: por ter protagonizado um processo radical e sem precedentes de emancipação negra, o qual o Ocidente não podia admitir sem comprometer os fundamentos ideológicos da modernidade, e por não se enquadrar nas categorias normativas e eurocêntricas de progresso, racionalidade e desenvolvimento (Trouillot, 1995, p. 82).

No livro *Silencing the Past: Power and the Production of History* (1995), [Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História], o autor afirma que o silêncio sobre o Haiti é, em última instância, um silêncio sobre o próprio fundamento racial da modernidade ocidental, cuja universalidade proclamada constrói-se por meio da negação ativa das experiências históricas dos povos colonizados. Ou seja, o apagamento da Revolução Haitiana revela a recusa em admitir que os ideais modernos de liberdade e igualdade foram, historicamente, sustentados por estruturas coloniais, escravistas e racializadas, tornando o projeto moderno inseparável de sua base excludente. Ao reivindicar a revolução de 1804 como um evento impensável no quadro das narrativas iluministas, o autor desvela o caráter hierarquizador da produção do conhecimento histórico e propõe que romper com essa mudez configura uma tarefa política, ética e historiográfica (Trouillot, 1995, p. 98).

Esse diagnóstico, embora formulado na década de 1990, mantém profunda atualidade diante das representações contemporâneas do Haiti, que continuam a retratar o país como “exceção disfuncional”, “Estado falido” ou “território de tragédias”, reforçando estereótipos raciais e colonialistas que ocultam as causas estruturais da crise haitiana. Em sua produção intelectual, Trouillot identificou que a repetição desses discursos, especialmente no âmbito midiático, diplomático e acadêmico dominante, opera a continuidade dos mecanismos de silenciamento,

deslocando o foco da agência haitiana para narrativas externas de salvacionismo, tutela ou incapacidade intrínseca.

Desdobrando essa lógica, a presença prolongada de missões estrangeiras, como a MINUSTAH e, mais recentemente, o *Bureau Intégré des Nations Unies en Haïti* (BINUH) [Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti], bem como a atuação de organismos financeiros internacionais e ONGs, inscreve-se em uma ideia em que o Haiti é tratado como objeto de intervenção e não como sujeito histórico.

Esse enquadramento reproduz, em novos moldes, o apagamento da centralidade dos haitianos em sua própria trajetória, reiterando aquilo que o intelectual haitiano denuncia como um regime de verdade racializado, em que a experiência política negra só é legitimada quando mediada por estruturas de poder globais. Nesse sentido, o silêncio a que o Haiti é submetido não se limita ao passado da Revolução de 1804, mas persiste nas formas pelas quais se narra, se governa e se representa o país no presente.

O pensador considera que romper com essa mudez, portanto, implica reconhecer e valorizar as epistemologias haitianas, as suas formas populares de organização social e resistência, bem como os saberes produzidos por seus intelectuais, artistas e movimentos sociais. Exige, ainda, uma reorientação crítica da historiografia e das ciências sociais, no sentido de construir uma leitura decolonial do Haiti, capaz de superar o enquadramento colonial que ainda molda as interpretações sobre o país.

Trouillot (1995, p. 98) defende que essa tarefa não é, meramente, interpretativa, mas está profundamente vinculada a projetos políticos de libertação e justiça histórica, os quais devolvam ao Haiti o seu lugar como protagonista das lutas do Sul global contra o racismo, o imperialismo e a colonialidade do poder.

Na esteira do pensamento de Trouillot, situa-se Jean Casimir, cujas reflexões inscrevem-se em uma longa tradição de pensamento radical caribenho e de crítica às epistemologias coloniais impostas à interpretação da história haitiana. Em *La culture opprimée* (2001) [A cultura oprimida], Casimir propõe uma releitura decolonial da formação social haitiana, centrada no conceito de “povo-nação”, categoria que

subverte as leituras eurocêntricas baseadas no Estado, nas elites letradas e nas instituições formais.

Para o autor, a construção do Haiti pós-independência não foi resultado exclusivo da ação das elites políticas ou da influência estrangeira, mas, principalmente das massas camponesas, que, à sua maneira, construíram um modo de vida autônomo, enraizado em práticas cotidianas de resistência cultural, solidariedade comunitária, cultivo familiar da terra e heranças africanas reconfiguradas no contexto do Novo Mundo.

Casimir (2001, p.47) evidencia que esse projeto popular de sociedade, muitas vezes ignorado ou desqualificado pela historiografia tradicional, constitui uma verdadeira civilização camponesa haitiana, cujo ethos desafia as noções ocidentais de progresso, modernidade e desenvolvimento. O intelectual argumenta que a persistência e vitalidade dessa cultura popular são testemunhos da capacidade de resistência do povo haitiano frente a séculos de dominação colonial, exploração capitalista e intervenções externas.

Além disso, critica abertamente o projeto de modernização autoritária imposto pelas classes dominantes nacionais em aliança com o capital internacional, sobretudo nas duas últimas décadas, qualificando esse modelo como um instrumento de violência simbólica e material contra os saberes e práticas do povo. Segundo Casimir, o discurso da modernidade, ao pretender “civilizar” os camponeses, opera uma negação sistemática da cultura popular, convertendo-a em obstáculo ao desenvolvimento e justificando políticas de exclusão e repressão (Casimir, 2001, p. 67). Tal crítica aproxima-se das formulações de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder, ao mostrar como o conhecimento dominante relega ao silêncio os modos alternativos de ser, conhecer e viver originados nos povos do Sul global.

Nessa direção, o pensador propõe, também, um deslocamento paradigmático na maneira de compreender o Haiti: ao invés de vê-lo como um Estado fracassado à luz de modelos ocidentais, sugere entendê-lo como um espaço de autonomia popular subterrânea, em constante conflito com o projeto estatal e globalizante. A sua

abordagem oferece, portanto, uma chave fundamental para a análise da resistência haitiana no século XXI, especialmente diante dos processos de intervenção estrangeira, neoliberalismo e militarização promovidos pelas chamadas missões de estabilização.

Sob a mesma perspectiva crítica, ainda que por caminhos metodológicos distintos, insere-se a produção intelectual de Frédéric Boisrond. Entre os intelectuais haitianos contemporâneos que se destacam por sua análise crítica da situação do Haiti após o terremoto de 2010, Frédéric Boisrond emerge como uma voz proeminente no debate público.

O pensador haitiano atua como cronista em veículos como *Le Nouvelliste* e *AlterPresse*, os principais periódicos haitianos, nos quais elabora uma crítica contundente ao modelo de governança imposto ao país no período pós-catástrofe. Embora não se filie diretamente à corrente do pensamento decolonial, suas análises articulam-se com diagnósticos similares àqueles de autores como Jean Casimir, Walter D. Mignolo e Aníbal Quijano, no que se refere à persistência da colonialidade e à instrumentalização das elites locais.

A sua reflexão, desenvolvida em diversas frentes, denuncia a progressiva desnacionalização do Estado haitiano, sustentando que, desde 2010, a soberania do país tem sido, sistematicamente, esvaziada por uma lógica de gestão internacionalizada da crise. De acordo com o intelectual, o Haiti transformou-se em uma “República das ONGs”, onde as decisões políticas mais importantes são tomadas fora do país ou por agentes sem qualquer legitimidade democrática (Boisrond, 2015, p. 2). Essa “governança paralela” teria substituído as instituições estatais por estruturas informais de assistência e cooperação, produzindo uma forma de dependência estrutural.

A criticidade do intelectual em relação à erosão da soberania nacional é aprofundada em suas análises sobre a atuação da Minustah e o papel da ajuda internacional, que, segundo ele, fracassaram, inclusive, em seus próprios objetivos declarados. Para Boisrond, a reconstrução do Haiti foi, deliberadamente, arquitetada para falhar, pois partiu de uma lógica de imposição e não de participação nacional:

“Desde 2010, os haitianos não reconstruíram seu país; foram os peritos estrangeiros que o administraram à distância, em nome de um humanitarismo sem soberania” (Boisrond, 2012, p. 1).

Dando continuidade a essa crítica estrutural, o intelectual haitiano Frédéric Boisrond elucida o papel ambíguo das elites nacionais no processo de aprofundamento da dependência. Para ele, tais elites atuam como intermediárias do projeto neocolonial imposto pelas potências estrangeiras, colaborando ativamente com a manutenção de uma ordem excludente, que marginaliza a maioria popular e bloqueia a construção de um projeto autônomo de nação (Boisrond, 2018, p. 3). Essa lógica de captura das elites é coerente com o que Quijano (2000) denominou “colonialidade do poder”, estrutura que articula dominação econômica, epistêmica e política em favor dos interesses transnacionais.

Nesse sentido, Boisrond analisa, no artigo *Chronique d'un échec annoncé*⁶ [Crônica de um fracasso anunciado], o caso paradigmático do Parque Industrial de Caracol (PIC), símbolo das promessas de reconstrução neoliberal após o terremoto de 2010. Para o autor, o projeto já nasceu fadado ao fracasso, pois reproduz, justamente, essa lógica de submissão estrutural: instalado sobre uma zona agrícola fértil e ecologicamente sensível, o PIC representa a continuidade do modelo das zonas francas, centrado na subcontratação, na exploração da mão de obra barata e na dependência das cadeias globais de valor. Ao invés de promover o desenvolvimento nacional, reafirma-se, assim, a função periférica do Haiti na divisão internacional do trabalho.

Boisrond observa que, sete anos após a sua inauguração, o projeto revela a “armadilha da subcontratação”, que reduz o Haiti a fornecedor de mão de obra barata, exportador de matérias-primas e importador de quase tudo. O mais alarmante, segundo ele, é a persistência de políticas fracassadas há mais de quatro décadas, que impõem ao povo haitiano uma falsa escolha entre neoliberalismo e colonialismo

⁶ Disponível em: <https://www.cetri.be/Haiti-Le-Parc-industriel-de?lang=fr> Acesso em: 30 abr. 2025.

humanitário, impasse que tem levado milhares às ruas de Porto Príncipe em busca de alternativas concretas.

A partir dessas análises, torna-se evidente que o pensamento do escritor oferece uma chave interpretativa crucial para o Haiti contemporâneo, especialmente ao iluminar os efeitos das intervenções externas e a crise de legitimidade do Estado nacional. A sua produção intelectual, ainda que muitas vezes veiculada em formato jornalístico, constitui um testemunho agudo e comprometido das dinâmicas de dominação e resistência que marcam o país no período pós-terremoto, contribuindo, desse modo, para a denúncia das continuidades coloniais travestidas de ajuda internacional.

Dessa forma, a leitura cruzada entre Jean Casimir e Frédéric Boisrond permite não apenas desnudar os limites das estratégias de reconstrução pós-catástrofe impostas ao Haiti, mas também evidenciar a persistência de uma racionalidade colonial que subjuga as formas autônomas de vida e organização popular. Enquanto Casimir recupera a historicidade profunda das resistências camponesas e da nação subterrânea haitiana, Boisrond denuncia os dispositivos contemporâneos de captura estatal, gestão neoliberal da crise e subordinação às lógicas do mercado global.

Conclui-se que ambos apontam, cada um à sua maneira, para a urgência de uma reconstrução desde baixo, ancorada na soberania dos saberes, das práticas e dos desejos populares, projeto esse que permanece sistematicamente marginalizado pelas coalizões entre elites locais e interesses internacionais. Logo, reivindicar o Haiti como sujeito e não como objeto da história, portanto, implica romper com as estruturas da colonialidade que regem, ainda, o presente, restituindo à luta haitiana sua dignidade epistêmica e política.

Laënnec Hurbon, por sua vez, oferece uma leitura teológico-sociológica e decolonial da realidade haitiana, articulando religião, cultura e política como dimensões indissociáveis na constituição histórica do país. A sua contribuição amplia e complementa as análises de Casimir e Boisrond, ao inserir, no debate, o papel

epistemológico das expressões religiosas de matriz africana, frequentemente relegadas ao campo do folclore ou da superstição pelas leituras coloniais e elitistas.

Em *Le Barbare imaginaire* (2008), [O Bárbaro Imaginário], Hurbon examina o papel central do vodu na construção do imaginário coletivo haitiano, denunciando os processos históricos de deslegitimação simbólica impostos tanto pelas potências coloniais quanto pelas elites pós-independência. Assim como Casimir desvela a agência popular subterrânea e Boisrond critica os dispositivos contemporâneos de dominação, Hurbon sublinha a importância das cosmologias africanas como forma de resistência simbólica e de produção de sentido histórico.

Nesse horizonte analítico compartilhado, delineia-se uma convergência estrutural entre os aportes de Jean Casimir, Frédéric Boisrond e Laënnec Hurbon, cuja densidade teórica ultrapassa as fronteiras disciplinares e aponta para a constituição de uma matriz decolonial coerente. Tal matriz opera por meio de uma crítica contundente às epistemologias hegemônicas da modernidade ocidental, desvelando os mecanismos simbólicos e materiais pelos quais se perpetua a subalternização do Haiti no sistema-mundo.

Ao reivindicarem um lugar de enunciação próprio, forjado nas experiências históricas de resistência, nas cosmologias populares e nas práticas políticas enraizadas no cotidiano dos grupos marginalizados, esses autores recusam a lógica universalizante do pensamento eurocentrado e reivindicam a legitimidade dos saberes produzidos a partir da periferia. Trata-se, pois, de uma reconfiguração epistemológica e política que, ao reconhecer o Haiti como sujeito de sua própria história, subverte os alicerces coloniais que estruturam, ainda, a produção de conhecimento sobre o Sul Global.

Nesse contexto, para Hurbon, o vodu não é apenas uma prática religiosa, mas, sim, uma matriz simbólica e política de organização social, um espaço de elaboração de sentido, memória e resistência diante das múltiplas violências impostas ao povo haitiano desde o período colonial até a atualidade. A sua proposta vai além da reabilitação cultural do vodu, pois busca instaurar uma epistemologia do sagrado,

ancorada nas experiências dos povos afrodescendentes e capaz de confrontar a hegemonia das categorias ocidentais de racionalidade, ciência e secularismo.

Ao destacar a centralidade do sagrado na vida cotidiana haitiana, Hurbon rompe com a lógica da secularização eurocêntrica que marginaliza ou inferioriza os saberes espirituais oriundos do Sul global e propõe um novo campo de inteligibilidade das práticas culturais e políticas da população haitiana.

A sua reflexão insere-se, portanto, em um debate mais amplo sobre a colonialidade do saber (Quijano, 2000) e o epistemicídio das tradições africanas nas Américas. Ademais, no contexto contemporâneo, a leitura de Hurbon é fundamental para compreender a persistência do racismo religioso, a patologização das religiões afro-haitianas por parte de discursos midiáticos e humanitários internacionais e o modo como o vodu é constantemente instrumentalizado para reforçar imagens de irracionalidade ou violência atribuídas ao Haiti.

Ao revalorizar o vodu como fundamento simbólico da resistência popular e da autonomia cultural haitiana, Hurbon contribui para decolonizar o pensamento social latino-americano e caribenho, oferecendo ferramentas analíticas que superam os limites do universalismo ocidental.

De maneira complementar, no campo da diáspora, destaca-se Patrick Bellegarde-Smith, cuja obra enfoca o papel da espiritualidade e da ancestralidade na formação da identidade haitiana.

Em *Haitian Vodou: Spirit, Myth, and Reality* (2006) [Vodu Haitiano: Espírito, Mito e Realidade], o intelectual analisa como tal prática espiritual opera não apenas como sistema religioso, mas como fundamento ontológico da resistência haitiana, sendo, ao mesmo tempo, espaço de memória, política e produção de sentido. A sua leitura é decisiva para desmontar os preconceitos racistas que cercam a cultura haitiana e para reivindicar a legitimidade das cosmovisões afro-caribenhas como fontes de conhecimento (Bellegarde-Smith, 2006, p. 34).

Ao enfatizar o vodu como matriz de resistência ontológica, Bellegarde-Smith recusa as interpretações exotizantes ou pejorativas que, historicamente,

marginalizaram essa prática no imaginário ocidental. Para o autor, o vodu não apenas articulou a coesão social necessária à Revolução Haitiana, como também sustenta, até hoje, formas próprias de entendimento do mundo, da espiritualidade e das relações sociais, ancoradas em valores coletivos e ancestrais afro-caribenhos.

Nesse sentido, a cosmologia voduísta desafia a centralidade epistemológica da modernidade ocidental, apresentando uma alternativa enraizada na história dos povos subalternizados. Bellegarde-Smith, portanto, não apenas reabilita o Vodou como campo legítimo de produção de conhecimento, mas também demonstra que a sobrevivência cultural haitiana está intimamente ligada à capacidade de reconfigurar, a partir de seus próprios referenciais, as bases da existência e da ação política (Bellegarde-Smith, 2006, p. 35-38).

Dando sequência a essa reflexão sobre o papel da intelectualidade haitiana, é importante destacar que esses autores compõem um campo intelectual comprometido, profundamente, com a transformação social e com a decolonização do saber. Ao contrário da tradição acadêmica que separa teoria e prática, frequentemente, a intelectualidade haitiana atua, simultaneamente como pesquisadora, militante, educadora e produtora cultural, participando, ativamente, dos movimentos sociais e dos debates públicos nacionais. Trata-se de uma prática intelectual situada, enraizada nas contradições da sociedade haitiana e voltada para a revalorização dos saberes populares.

Nessa mesma direção, a atuação desses pensadores evidencia, ainda, a importância de se romper com o epistemicídio que caracteriza a história das ciências sociais no Ocidente, entendido como o processo de desvalorização e silenciamento sistemático dos saberes produzidos por povos não europeus. Como argumenta Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 47): “[...] a colonialidade do saber se expressa na negação sistemática das formas de conhecimento não europeias, o que exige uma profunda reforma epistemológica”.

A partir dessa perspectiva, a produção haitiana oferece não apenas uma crítica ao status quo, mas também um convite à reconstrução das bases do conhecimento

social a partir de uma pluralidade de epistemologias. Além disso, os intelectuais haitianos estabelecem pontes com outros movimentos de pensamento crítico da América Latina e do Caribe. As suas obras dialogam com o pensamento decolonial latino-americano, com o pan-africanismo, com o feminismo negro e com as teologias da libertação, formando um mosaico teórico transnacional que contribui para a construção de alternativas ao modelo civilizatório hegemônico. Essa circulação de ideias demonstra que o Haiti não está isolado, mas, sim inserido, profundamente, em redes de resistência e produção intelectual no Sul global.

Desse modo, o papel dos pensadores haitianos ultrapassa os limites da crítica e se lança como um projeto de reconstrução nacional, baseado no reconhecimento da cultura popular, da soberania epistêmica e da dignidade histórica do povo haitiano. As suas obras constituem uma contribuição inestimável para os estudos pós-coloniais, para as ciências sociais críticas e para todos os esforços que visam repensar a modernidade a partir de suas margens insurgentes.

2.3 Da crítica intelectual à ação coletiva: movimentos haitianos e resistência popular

A radicalidade da experiência haitiana, portanto, não se expressa apenas no plano simbólico de sua revolução fundadora ou na crítica epistemológica produzida por seus intelectuais, mas também na ação concreta de seus movimentos sociais. É nesse ponto que a noção de desobediência epistêmica, tal como formulada por Walter D. Mignolo, adquire centralidade analítica para compreender a práxis política haitiana contemporânea.

Ao reivindicar o direito de produzir conhecimento a partir de suas próprias condições históricas, culturais e territoriais, os movimentos populares haitianos recusam as lógicas impostas pelo colonialismo epistêmico e pela modernidade capitalista. Eles constroem, na prática, saberes alternativos, formas autônomas de organização e identidades políticas insurgentes que rompem com os modelos

ocidentais hegemônicos de governança, desenvolvimento e cidadania (Mignolo, 2008, p. 10).

A desobediência epistêmica, nesse sentido, não se restringe ao campo teórico, como dito, mas se encarna nos corpos e territórios mobilizados por mulheres, camponeses, jovens e trabalhadores haitianos que desafiam, cotidianamente, as formas de opressão material e simbólica. Ao articular práticas de solidariedade, espiritualidade afro-diaspórica, agroecologia, educação popular e resistência política, esses movimentos produzem uma contramodernidade enraizada na experiência popular haitiana. Essa insurgência não apenas reconfigura o campo das lutas sociais, mas, também, redesenha os contornos do próprio saber político, abrindo espaço para o reconhecimento da soberania epistêmica dos povos historicamente marginalizados.

Nesse âmbito de análise e em meio às sucessivas crises políticas e intervenções externas que marcaram o Haiti nas últimas décadas, os movimentos sociais desempenharam um papel crucial na manutenção da resistência popular e na formulação de alternativas à ordem neoliberal e neocolonial. Esses movimentos, diversos em sua composição e estratégias, têm sido fundamentais para a sobrevivência social, a organização comunitária e na defesa da soberania nacional frente à constante deslegitimação das instituições e ao controle exercido por forças internacionais.

Historicamente, o Haiti é um país cuja base social organizou-se em torno de estruturas comunitárias autônomas, especialmente nas zonas rurais, onde práticas de solidariedade, reciprocidade e gestões coletivas da terra foram fundamentais para a sobrevivência dos camponeses libertos após a independência. Essas estruturas, profundamente enraizadas na cultura camponesa e nas práticas religiosas afro-haitianas, como o vodu, sustentaram uma lógica de resistência silenciosa contra a penetração de interesses estrangeiros no cotidiano popular, aliada à elite do país (Casimir, 2001, p. 83).

Essa continuidade histórica de resistência comunitária, embora muitas vezes ofuscada pelas narrativas oficiais, adquire novas formas e intensidades no contexto contemporâneo. A partir dos anos 1990, com a abertura neoliberal e a fragilização das

instituições estatais, houve uma explosão de mobilizações sociais, tanto nas áreas urbanas quanto nas zonas rurais. Diversas organizações populares articularam-se para resistir às privatizações, à repressão policial e à imposição de políticas de austeridade. Entre os mais significativos, destacam-se as cooperativas camponesas, as associações de mulheres, os coletivos juvenis e as organizações religiosas engajadas na luta por justiça social e direitos humanos (Fatton, 2007, p. 106).

No interior desse panorama de mobilização social ampliada, entre os inúmeros movimentos de base que compõem o vibrante tecido da sociedade civil haitiana, merece destaque o papel desempenhado pelas organizações feministas haitianas, como a *Solidarité Fanm Ayisyen* (SOFA) [Solidariedade das Mulheres Haitianas], fundada em 1986, e que, desde então, consolida-se como uma das vozes mais combativas na defesa dos direitos das mulheres e na articulação de pautas interseccionais no país.

Ativa em diversas regiões do território haitiano, a SOFA desenvolve ações voltadas à prevenção e combate à violência de gênero, à promoção da autonomia econômica das mulheres rurais e urbanas e à formação política feminista com base na realidade concreta das mulheres haitianas, historicamente excluídas das esferas de poder e invisibilizadas pelo patriarcado local e pelas estruturas coloniais e neocoloniais de dominação (Dayan-Herzbrun, 2014, p. 122).

Essa atuação ganha relevância ainda maior no contexto de agravamento da vulnerabilidade feminina. Durante a ocupação militar Minustah, essas organizações assumiram papel crucial na denúncia dos abusos cometidos por integrantes das forças internacionais, especialmente no que diz respeito à violência sexual perpetrada contra mulheres e meninas haitianas. Relatórios e testemunhos revelaram uma sistemática cultura de impunidade em relação aos crimes cometidos por soldados da missão, muitos dos quais permanecem, até hoje, sem responsabilização efetiva. A SOFA, juntamente com outras entidades feministas do Haiti, como a *Kay Fanm* [Casa das Mulheres], e a *Fanm Deside* [Mulheres Decididas], confrontou, abertamente, o discurso humanitário da ONU, desvelando a contradição entre os objetivos declarados de

estabilização e o impacto real da presença militar sobre os corpos e as vidas das mulheres haitianas (Schuller, 2012, p. 98; Kolbe e Muggah, 2010, p. 112).

Inseridas nesse processo de resistência e denúncia, essas organizações adotaram uma perspectiva feminista enraizada no contexto haitiano, articulando gênero, classe, raça e soberania nacional como eixos indissociáveis de sua luta. Nesse sentido, a sua atuação não se limita à defesa de direitos individuais, mas constitui uma prática política coletiva e decolonial, que desafia as formas de dominação tanto locais quanto internacionais.

Ao denunciar a militarização dos territórios e a lógica de tutela imposta pelas intervenções estrangeiras, os feminismos haitianos propõem um projeto de transformação social centrado na escuta das vozes subalternas, na valorização do saber comunitário e na construção de alternativas emancipadoras a partir do protagonismo popular.

Além disso, essas organizações têm desempenhado um papel relevante na documentação e memória dos abusos cometidos durante a ocupação, contribuindo, assim, para que as violações de direitos humanos não sejam apagadas da história recente do país. Por meio de dossiês, publicações, conferências e articulações com redes feministas internacionais, os movimentos de mulheres haitianas inscrevem-se, também, no campo da justiça transnacional, reivindicando reparações, reconhecimento e dignidade para as vítimas da violência sexual e simbólica promovida sob a égide da paz internacional (Schuller, 2012, p. 98; Kolbe e Muggah, 2010).

Portanto, ao articular memória, justiça e denúncia internacional, ao se insurgirem contra o patriarcado, o imperialismo e a colonialidade, as feministas haitianas revelam a centralidade do gênero na análise da crise haitiana contemporânea e ampliam o campo das lutas anticoloniais no Caribe, posicionando-se como agentes políticos de transformação e resistência no seio da sociedade haitiana e no cenário internacional.

Na soma de esforço de resistência contra o imperialismo e a colonialidade, de modo igualmente significativo, no interior do Haiti, os camponeses organizados têm

protagonizado formas persistentes e criativas contra à penetração do agronegócio transnacional e à destruição dos modos de vida tradicionais que estruturam as relações sociais, econômicas e culturais no campo haitiano. Diante do avanço de políticas neoliberais que promovem a abertura comercial, a importação massiva de alimentos e a expansão de monocultivos destinados ao mercado externo, surgem diversas mobilizações agroecológicas e redes comunitárias que reivindicam a soberania alimentar, o direito à terra, à água e à preservação das sementes crioulas, elementos centrais para a reprodução da vida camponesa e para a continuidade das práticas agrícolas ancestrais (Schuller, 2012, p. 153; Via Campesina; Fondation J.-J. Dessalines, 2009).

Nesse contexto de resistência e reconstrução de alternativas autônomas, destaca-se a aliança estratégica entre pequenos produtores haitianos e organizações vinculadas à Via Campesina, uma articulação internacional de movimentos camponeses, que reúne milhões de camponeses, trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores, povos indígenas, migrantes, sem-terra e mulheres do campo. Atuante desde os anos 1990 na promoção da agroecologia, na defesa dos territórios e na crítica ao modelo agroalimentar globalizado, defendendo a agricultura camponesa, a soberania alimentar, os direitos dos povos do campo frente à globalização neoliberal e às políticas do agronegócio (Martínez-Torres; Rosset, 2007, p. 112).

No Haiti, essa aliança tem sido fundamental para fortalecer a resistência às políticas impostas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como para denunciar os impactos da ocupação estrangeira e da presença de ONGs, que operam sob a lógica da caridade e da assistência, muitas vezes desmobilizando iniciativas locais independentes (Via Campesina; Fondation J.-J. Dessalines, 2009; Schuller, 2012, p. 171).

Nesse sentido, organizações como o *Mouvman Peyizan Papay* (MPP) [Movimento Camponês da região de Papaye] e a *Tet Kole Ti Peyizan Ayisyen* (TKTPA) [União das Pequenas(os) Camponesas(es) Haitianas(os)], articulações sociais que têm sido atores centrais nesse processo, elaborando ações de base em torno da agroecologia, da

educação popular e da produção coletiva (Via Campesina; Fondation J.-J. Dessalines, 2009).

Com o apoio da Via Campesina, esses movimentos têm ampliado a sua capacidade de incidência política, inserindo-se em redes transnacionais de solidariedade e denúncia. Segundo Martínez-Torres e Rosset (2010, p. 165), “[...] a presença da Via Campesina no Haiti fortalece a resistência contra-hegemônica, a batalha pela comida e pelo território, em prol da autodeterminação das populações e a crítica ao capitalismo global.”

Todavia, esse processo de fortalecimento das resistências camponesas encontrou novos e dramáticos obstáculos, sobretudo após o terremoto de 2010, que marcou um ponto de inflexão para o Haiti como um todo. Enquanto os discursos dominantes apostavam na “reconstrução” do país por meio da inserção de investimentos estrangeiros e da introdução de sementes transgênicas, como as ofertadas pela Monsanto, com o aval da *United States Agency for International Development* (USAID) [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional], os movimentos camponeses organizaram protestos massivos contra essa nova ofensiva dita como imperialista, denunciando o que chamaram de “colonialismo agrícola”. Em um ato simbólico e altamente politizado, lideranças do MPP queimaram publicamente as sementes transgênicas doadas, reafirmando o compromisso com a autonomia produtiva, a soberania alimentar e a preservação da biodiversidade agrícola local (Schuller, 2012, p. 130).

Essas resistências camponesas no Haiti, articuladas com redes globais do Sul, não apenas enfrentam os impactos da globalização neoliberal, mas também reconfiguram as formas de luta contemporânea, integrando saberes tradicionais, práticas comunitárias e instrumentos políticos transnacionais. São expressões concretas de um projeto político alternativo que se opõe, frontalmente, às lógicas extrativistas, à financeirização da natureza e à colonialidade do saber, reafirmando a centralidade do campo como espaço de produção de vida, cultura e emancipação social (Martínez-Torres; Rosset, 2010, p. 165).

Embora fragmentados e muitas vezes enfrentando enormes dificuldades logísticas e repressivas, esses movimentos têm conseguido articular-se em redes transnacionais de solidariedade. A cooperação com movimentos latino-americanos, africanos e caribenhos tem permitido não apenas o intercâmbio de saberes, mas, ainda, a construção de um discurso comum em defesa da autodeterminação dos povos. Encontros internacionais, fóruns sociais e campanhas globais têm servido como plataformas para a internacionalização das demandas haitianas e para a denúncia das práticas de dominação contemporâneas (Ciccariello-Maher, 2017, p. 121).

A articulação com redes como a *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA), [Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América], além da Rede Jubileu Sul e da Marcha Mundial das Mulheres, que são iniciativas do internacionalismo popular que tem possibilitado a construção de uma agenda comum baseada na justiça social, na crítica ao imperialismo e na promoção de alternativas locais ao modelo capitalista global, como aponta Katz (2022, p. 54): “[...] essas alianças representam uma nova forma de internacionalismo, que parte das lutas concretas e se fundamenta em práticas de reciprocidade, escuta e construção coletiva”.

Essas redes transnacionais de solidariedade cumprem, igualmente, o papel de confrontar o monopólio discursivo das grandes agências internacionais sobre o Haiti, como a ONU, BM e FMI. Ao construírem narrativas alternativas, centradas nas vozes haitianas e em suas experiências de luta, essas redes contribuem para o processo de descolonização do imaginário global sobre o país. Como observa Trouillot (1995, p. 108): “[...] romper com o silêncio imposto sobre o Haiti é uma tarefa política e historiográfica fundamental para a construção de uma outra ordem de conhecimento e de justiça”.

Portanto, os movimentos sociais haitianos e as suas conexões internacionais constituem um campo vital de resistência e de proposição política. Apesar da violência estrutural, da pobreza extrema e da ocupação estrangeira, o povo haitiano segue inventando formas de sobrevivência, dignidade e esperança. As suas lutas, muitas vezes invisibilizadas pelos meios de comunicação hegemônicos, configuram

testemunhos de um projeto emancipatório que insiste em florescer mesmo nas condições mais adversas. Ao invés de vítimas passivas, os haitianos devem ser reconhecidos como sujeitos ativos de transformação histórica, cujas práticas e saberes têm muito a ensinar ao mundo.

3 Considerações finais: o Haiti como horizonte epistêmico e político de libertação

A trajetória haitiana, marcada por insubmissões históricas e reinvenções coletivas, deve ser compreendida à luz do que Walter D. Mignolo conceitua como desobediência epistêmica: a recusa ativa e crítica das categorias coloniais de saber e de ser e a afirmação de racionalidades e modos de existência próprios, gestados nas margens do sistema-mundo moderno/colonial (Mignolo, 2008, p. 12). Ao longo das últimas décadas, os movimentos sociais haitianos, as organizações de base e os intelectuais comprometidos com a realidade popular vêm encarnando esse princípio em suas práticas cotidianas e produções teóricas, resistindo não apenas à dominação geopolítica e econômica, mas também ao epistemicídio imposto por dispositivos internacionais que tentam silenciar suas vozes.

A identidade em política, para Mignolo, não é uma condição essencializada, mas uma construção insurgente que emerge do conflito com os aparatos coloniais de reconhecimento, tornando-se um gesto político que desafia a própria arquitetura do saber moderno (Mignolo, 2008, p. 12). Nesse sentido, as experiências haitianas analisadas ao longo deste artigo não apenas expressam um passado de lutas, mas anunciam um futuro possível, ancorado na soberania epistêmica, na dignidade dos povos e na criação de alternativas ao universalismo excludente da modernidade ocidental.

Reconhecer o Haiti como farol da liberdade negra é, pois, um ato de desobediência epistêmica, um gesto que afirma a centralidade dos saberes subalternizados na construção de uma nova gramática política para o século XXI.

O percurso analítico desenvolvido ao longo deste artigo buscou, portanto, evidenciar a centralidade do Haiti como um espaço de produção histórica, política e epistemológica que desafia as representações hegemônicas sobre os povos do Sul global. Longe de ser uma anomalia civilizacional ou um caso patológico a ser gerido por agências internacionais, o Haiti deve ser compreendido como um território insurgente, cujo presente e história estão marcados por profunda luta pela autonomia, pela justiça social e pela dignidade coletiva.

A partir da década de 1990, o país tem enfrentado um processo contínuo de fragilização institucional e de intervenções estrangeiras que se articulam a uma agenda neoliberal excludente. Tais processos, como se demonstrou, não ocorreram sem resistência. Os movimentos sociais haitianos, com sua diversidade de formas e repertórios e os intelectuais comprometidos com a realidade popular têm constituído o núcleo mais consistente de contestação à ordem vigente.

O caso haitiano expõe como as estruturas da colonialidade do poder seguem operando sob novas roupagens no século XXI. A desvalorização dos saberes locais, a negação das subjetividades negras, a subordinação econômica e a presença tutelar de agentes externos evidenciam que a independência formal não significou ruptura com a lógica colonial. A atuação de missões como a Minustah e a imposição de políticas neoliberais ilustram a persistência de formas contemporâneas de dominação, que inviabilizam a autodeterminação e neutralizam alternativas políticas enraizadas na cultura popular haitiana. A análise das ações da Minustah, da interferência de potências estrangeiras nas eleições e da imposição de políticas econômicas devastadoras evidencia como o discurso da estabilização e da ajuda humanitária funciona como uma nova forma de tutela, neutralizando projetos políticos alternativos e desmobilizando a autonomia popular (Sprague, 2012, p. 90).

Nesse cenário, os intelectuais haitianos não apenas denunciam, mas também propõem caminhos para a reconstrução nacional a partir de princípios decoloniais e populares. Quanto a essa produção, como se destacou nas análises das obras de Michel-Rolph Trouillot, Jean Casimir, Frédéric Boisrond, Laënnec Hurbon e Patrick

Bellegarde-Smith, tais pensadores nos lembram que a verdadeira libertação não pode se dar apenas no plano político-formal, mas deve ser acompanhada pela reconstrução dos modos de ser, saber e viver historicamente oprimidos.

Consequentemente, reconhecer o Haiti como sujeito histórico implica decolonizar não apenas as estruturas de poder, mas os próprios instrumentos analíticos que nos permitem interpretá-las. O desafio lançado por este artigo é o de romper com os paradigmas eurocêntricos de análise e contribuir para a valorização das experiências populares haitianas como parte integrante das lutas continentais por soberania e emancipação. Tal gesto não é apenas uma reconfiguração teórica, mas um imperativo ético e político diante da continuidade da violência estrutural que incide sobre os povos negros e periféricos das Américas.

Por conseguinte, o Haiti, com a sua história de revolução, a sua produção intelectual vibrante e a sua capacidade de resistência cotidiana, não representa o passado de um projeto fracassado, mas o anúncio possível de outro futuro, a partir do qual a dignidade dos povos, a justiça epistêmica e a autodeterminação tornem-se princípios centrais na construção de um mundo verdadeiramente plural e democrático. Como advertia Jean Casimir (2001, p. 17): “[...] ouvir o Haiti é, antes de tudo, aprender com ele”.

Nesse sentido, os caminhos que se abrem para futuras investigações e práticas políticas exigem um compromisso ainda maior com a escuta ativa das vozes haitianas, com o estudo de suas formas de organização popular e com o aprofundamento de um internacionalismo crítico baseado na reciprocidade e no reconhecimento mútuo entre os povos do Sul. É preciso investir em pesquisas que privilegiem as fontes primárias haitianas, a produção intelectual local e as narrativas populares, rompendo com a lógica de tutoria acadêmica que ainda predomina nas ciências sociais ocidentais.

Ademais, pensar com o Haiti implica, também, situar a luta haitiana no interior de um campo mais amplo de enfrentamento às novas formas de colonialismo, racismo estrutural e exploração capitalista que se manifestam globalmente. A articulação entre o Haiti e outras experiências de luta na América Latina, no Caribe e na África oferece

uma oportunidade concreta para a formulação de alternativas de mundo baseadas na solidariedade, na pluralidade de saberes e na justiça social.

Em última análise, ao invés de um fechamento, estas considerações finais pretendem ser uma convocação: a de retomar o Haiti como farol da liberdade negra e como fonte de ensinamentos profundos sobre resistência, criação e futuro. Uma convocação, sobretudo, para que os estudos históricos, sociológicos e políticos não percam de vista a dimensão ética que envolve o ato de narrar e interpretar as lutas de um povo que, desde 1804, não cessou de afirmar a sua humanidade contra todas as formas de opressão.

Nota sobre a autoria

Emerson do Prado Oliveira é Mestre em História - Atualmente, Doutorando em História. Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Referências

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. *Haitian Vodou: spirit, myth, and reality*. Bloomington: Indiana University Press, 2006.

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. *Perfil acadêmico*. 2011. Disponível em: <https://uwm.edu/african-diaspora-studies/people/bellegarde-smith-patrick> Acesso em: 30 abr. 2025.

BOISROND, Frédéric. *Haïti: De la République des ONG à l'État de droit*. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2015.

BOISROND, Frédéric. La communauté internationale et les fausses promesses de la reconstruction d'Haïti. *Le Nouvelliste*, 2018. Disponível em: <https://lenouvelliste.com> Acesso em: 28 abr. 2025.

BOISROND, Frédéric. L'aide internationale au service de la désorganisation de l'État haïtien. *AlterPresse*, 2012. Disponível em: <https://www.alterpresse.org>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal History*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2009.

CASIMIR, Jean. *La culture opprimée*. Paris: L'Harmattan, 2001.

CASIMIR, Jean. *Jean Casimir, Embaixador da História Decolonial dos Haitianos*. 2020.
Disponível em: <https://archiverandlist.com> Acesso em: 30 abr. 2025.

CICCARIELLO-MAHER, George. *Decolonizing dialectics*. Durham: Duke University Press, 2017.

DAYAN-HERZBRUN, Sonia. Le féminisme haïtien à l'épreuve de la politique. *Revue Tumultes*, n. 42, p. 121-134, 2014.

DUPUY, Alex. *The Prophet and Power: Jean-Bertrand Aristide, the International Community, and Haiti*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.

DUPUY, Alex. *Haiti: From Revolutionary Slaves to Powerless Citizens: Essays on the Politics and Economics of Underdevelopment, 1804–2013*. New York: Routledge, 2014.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ESCOBAR, Arturo. Pensando a partir do Sul: uma perspectiva ecológico-política sobre a diferença e a globalização. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 19-46.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FATTON JR., Robert. *Haiti's Predatory Republic: the unending transition to democracy*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002.

FATTON, Robert. *The Roots of Haitian Despotism*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.

HALLWARD, Peter. *Damming the Flood: Haiti, Aristide, and the Politics of Containment*. London: Verso, 2007.

HURBON, Laënnec. *The More Things Change—Human Rights in Haiti*. 1999.
Disponível em: <https://hrw.org/reports/1999/haiti/Hirbopn> Acesso em: 30 abr. 2025.

HURBON, Laënnec. *Le barbare imaginaire*. Paris: Éditions Gallimard, 2008.

KATZ, Jonathan M. *The Big Truck That Went By: How the World Came to Save Haiti and Left Behind a Disaster*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

KATZ, Jonathan M. *Gangsters of capitalism: Smedley Butler, the Marines, and the making and breaking of America's empire*. New York: St. Martin's Press, 2022.

KOLBE, Athena R.; MUGGAH, Robert. Haiti's Woes: Stability and the Humanitarian Crisis. *Journal of International Affairs*, v. 64, n. 2, p. 111-126, 2010.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: The Birth and Evolution of a Transnational Social Movement. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 149-175, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, jan./abr. 2008.

PEÁN, Leslie. *Haïti: Le procès de la MINUSTAH*. Port-au-Prince: C3 Éditions, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. xx-xx.

REID, Michael. *Forgotten Continent: The Battle for Latin America's Soul*. New Haven: Yale University Press, 2007.

ROBINSON, William I. *A teoria da globalização: produção, globalização e o Estado transnacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Bomtempo, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.

SCHULLER, Mark. *Killing with Kindness: Haiti, International Aid, and NGOs*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2012.

SPRAGUE, Jeb. *Paramilitarism and the assault on democracy in Haiti*. New York: Monthly Review Press, 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Michel Rolph Trouillot (1949–2012)*. Disponível em: https://www.beacon.org/cw_contributorinfo.aspx?ContribID=377&Name=Michel-Rolph+Trouillot Acesso em: 30 abr. 2025.

VIA CAMPESINA; FONDATION JEAN-JACQUES DESSALINES. *Déclaration de Papaye: Pour la souveraineté alimentaire et la réforme agraire intégrale en Haïti*. Papaye, 2009.